

FÓRUM TÉCNICO

"SEGURANÇA PÚBLICA: DROGAS, CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA"

4ª Reunião Preparatória – 14/5/2010 – 9h30min – Plenarinho I

Entidades e
órgãos
representados
na reunião

- Associação das Mulheres Profissionais de Segurança Pública - Amproseg
- Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Adepolc-MG
- Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais- AOPMBM-MG
- Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM
- Associação Família de Caná
- Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins – Belo Horizonte
- Associação Mineira de Municípios – AMM
- Centro de Vida Independente de Belo Horizonte – CVI-BH
- Centro pela Mobilização Nacional em Minas Gerais – CMN
- Coletivo de Entidades Negras do Estado de Minas Gerais – CEN-MG
- Comitê de Articulação do Pronasci em Minas Gerais / Ministério da Justiça – Calp/MJ
- Conselho Comunitário de Segurança Pública e Defesa Social do Hipercentro de Belo Horizonte – Consep/HBH
- Conselho Comunitário de Segurança Pública 5 – Consep 5 – Belo Horizonte
- Conselho Comunitário de Segurança Pública 14 – Consep 14/Regional Venda Nova – Belo Horizonte
- Conselho Comunitário de Segurança Pública 15 – Consep 15/Regional Pampulha – Belo Horizonte
- Conselho Comunitário de Segurança Pública 125 – Consep 125 – Belo Horizonte
- Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais – CCPC
- Conselho de Pastores do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte
- Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais – CEM/MG
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais – Cedca/MG
- Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil / Regional de Minas Gerais – Conic/MG
- Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres – Cepam – Contagem
- Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte
- Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG
- Espasso Conseg
- Federação Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - Faemg
- Fundação Geraldo Morais – FGM
- Hospital da Polícia Civil – HPC
- Ministério da Justiça – MJ

	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MP/MG • Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - PCMG • Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais – Seds-MG • Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais – Sedese-MG • Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude do Estado de Minas Gerais – Seej-MG • Sindicato dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindepo-MG • Sindicato dos Guardas Municipais do Estado de Minas Gerais – Sindguardas - MG • Superintendência Regional de Ensino Metropolitano A – Belo Horizonte
Deputados e assessorias parlamentares presentes	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado João Leite • Deputada Maria Tereza Lara • Deputado Sargento Rodrigues • Assessoria de Gabinete – Deputada Maria Tereza Lara • Assessoria de Gabinete – Deputado Durval Ângelo • Assessoria de Gabinete – Deputado João Leite • Assessoria de Gabinete – Deputado Rômulo Veneroso • Assessoria de Gabinete – Deputado Sargento Rodrigues
Assessoria da ALMG	<ul style="list-style-type: none"> • Gerência-Geral de Projetos Institucionais (GPI) • Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação (GID) • Gerência-Geral de Consultoria Temática (GCT) • Gerência-Geral de Rádio e TV (GTV) • Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial (GRPC)
Pauta Prevista	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecimento sobre os objetivos da reunião • Apresentação dos presentes e das entidades parceiras • Discussão da programação do evento • Definição das temáticas para a CTI • Marcação da próxima reunião

Transcurso da reunião / pontos importantes	<ul style="list-style-type: none">• Abertura e coordenação da reunião: Deputado João Leite, Presidente da Comissão Permanente de Segurança Pública da ALMG;• Apresentação dos presentes e das entidades de apoio.• Abertura da discussão do programa apresentado, a começar pelo título do evento.• Foi sugerido o acréscimo do termo "impunidade" ao tema do evento; assim como a substituição do termo "violência" por "vitimização".• A Deputada Maria Tereza Lara salientou que a questão penitenciária deve ser pontuada como um subtema no fórum.• O Deputado Sargento Rodrigues sugeriu alterar o tema do evento, inspirado no art. 144 da Constituição Federal, para: "Segurança Pública: dever do Estado, direito e responsabilidade de todos". Justificou que esta deveria ser a tônica do evento, ou seja, debater a segurança pública em seu mais amplo sentido.• O Deputado João Leite defendeu a manutenção do tema tal como proposto, uma vez que o objetivo do evento é dar um fechamento ao trabalho itinerante da Comissão Permanente de Segurança Pública, que tem percorrido as 18 (dezoito) Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, avançando-se na formulação de políticas públicas voltadas para o combate à droga e às formas de violência dela decorrentes. E já que, segundo informou, o que está ocorrendo no interior do Estado – e as audiências públicas vêm demonstrando – é uma verdadeira "epidemia de drogas". Portanto, o título escolhido para o fórum apenas reflete a atual realidade de Minas Gerais.• A manutenção do nome foi defendida também pelo representante do Ministério Público, segundo o qual é necessário criar leis mais rígidas para combater a droga.• Contrapondo-se novamente à ideia de um evento focado nas drogas, o Deputado Sargento Rodrigues manifestou sua preocupação com esse viés, uma vez que o tema é mais abrangente e o governo estadual se vê praticamente impotente frente à flexibilização da legislação penal, de competência exclusiva do governo federal.• A Deputada Maria Tereza Lara considerou o problema da falta de recursos para o tratamento do usuário de drogas e considerou que a fala do Deputado Sargento Rodrigues só fez reforçar a necessidade de discussão do tema (drogas). Ponderou que o Governo Federal possui programas nas áreas de repressão e de prevenção às drogas e à criminalidade e que deve se fazer presente nas discussões do Fórum Técnico, devendo ser cobrado naquilo que for necessário.• O Deputado João Leite observou que tem crescido o número de pessoas privadas de liberdade no sistema penitenciário do Estado e vêm sendo tomadas medidas contra o tráfico, mas faltam políticas preventivas ou de recuperação dos usuários de drogas, que continuam a alimentar o mercado das drogas. Lembrou que o Estado possui recursos garantidos que poderiam ser investidos nesse tratamento e que a garantia deste investimento, a ser assegurado por meio de um projeto estruturador do Estado, poderia ser um dos resultados concretos do fórum.• O representante da Defensoria Pública considerou a necessidade, não propriamente de punir MAIS, mas de punir MELHOR, interpretando a flexibilização da lei como uma tentativa, por parte do legislador, de diferenciar a punição imposta ao traficante da punição imposta àqueles que nem sempre estão inseridos na questão das drogas por sua própria vontade. Também corroborou a manutenção do tema do evento conforme proposto originalmente.• O representante da Associação Família de Caná manifestou a expectativa de que o fórum seja ocasião para a sociedade mostrar as suas necessidades, sobretudo em face da escalada do crack, e apontar para o governo onde ele pode ajudá-la,
--	--

	<p>em especial no que se refere a financiamento. Expressou ainda o desejo de que o fórum dê origem a um Programa Estruturador do governo do Estado, que garanta verbas continuadas para o trabalho de combate às drogas e de prevenção ao uso, além de enfatizar a importância de priorizar as escolas no trabalho de prevenção.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Representante da Superintendência Regional de Ensino Metropolitano A destacou como um fator a ser considerado como desafios nas discussões do Fórum Técnico: os altos índices de reprovação escolar que impacta na auto-estima dos alunos e conduzem, muitas vezes, ao abandono das atividades escolares e a incursão na criminalidade e nas drogas, o que não significa adoção de mecanismos para “aprovação automática”, mas de critérios de avaliação mais qualitativos. • Sugeriu-se incluir na programação o assunto descriminalização das drogas e não houve acolhida. • O Deputado Sargento Rodrigues enfatizou a necessidade de se obterem resultados efetivos desse fórum, convidando Deputados Federais para participar das discussões e, conseqüentemente, chamar também à responsabilidade a esfera federal, que tem a competência específica, inclusive para legislar, mas tem revelado inércia nessas questões, como, por exemplo, no controle das fronteiras do País. • A Deputada Maria Tereza Lara considerou injusta a crítica, citando o Pronasci como exemplo de ação governamental e dizendo que é preciso cobrar do que compete a cada ente federado, nas três esferas de poder. • Foram indicados vários nomes para os painéis, ficando acertado que as indicações deveriam ser feitas por e-mail. • Terminada a discussão da programação e mantida a proposta de tema para o Fórum Técnico, a saber “Segurança Pública: drogas, criminalidade e violência”, foi solicitada maior divulgação das datas das reuniões da Comissão de Segurança Pública que estão sendo realizadas no interior. O representante do Executivo solicitou o envio de convite formal da Comissão, a fim de que sejam enviados representantes daquele Poder para participar dos debates. • Foi solicitado que todos os presentes leiam a proposta de Regulamento que será enviada juntamente com esta memória, atentando sobretudo para os quantitativos, e que tragam suas sugestões na próxima reunião, para que se possa agilizar o início do trabalho das CTIs.
Próxima reunião	<ul style="list-style-type: none"> • 21/5/2010, sexta-feira, às 9h30min, no Plenarinho I.
“Tarefas Combinadas”	<ul style="list-style-type: none"> • Os integrantes da Comissão Organizadora poderão enviar sugestões de nomes de expositores para os painéis do FT para o e-mail gpi@almg.gov.br.